

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1007765-63.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário**
 Requerente: **Karla Renata Pereira Pires**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - Inss**

KARLA RENATA PEREIRA PIRES ajuizou ação contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, pedindo a concessão de auxílio-doença, haja vista a incapacidade funcional decorrente do acidente de trabalho que sofreu no dia 10 de março de 2017.

Indeferiu-se a tutela de urgência.

O réu foi citado e contestou o pedido, aduzindo a inexistência de incapacidade laborativa residual apta a justificar a concessão do benefício acidentário.

Manifestou-se a autora.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo aos autos o respectivo laudo, sobre o qual as partes se manifestaram.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Subsiste controvérsia apenas quanto à incapacidade laborativa da autora, o que enseja a produção de prova pericial, razão pela qual é dispensável designar audiência instrutória.

O laudo pericial concluiu que *"há nexo causal quanto ao quadro referido pela autora relativo à coluna lombar ao fazer intenso esforço físico (vide CAT emitida em 10/03/17 - fls. 10), contudo, e após tratamento médico temporário adequado com medicações apropriadas e reabilitação física, a autora recuperou sua capacidade funcional à continuidade da função profissional que lhe é habitual, isto é, nutricionista"* (fl. 130).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A expert afirmou, ainda, que "a autora está apta ao trabalho que lhe é habitual conforme exame médico pericial realizado na presente data, não havendo sequela funcional decorrente de lesão típica de acidente de trabalho ocorrido em 10/03/17 e/ou doença de cunho profissional que reduza ou comprometa sua capacidade laborativa ao satisfatório desempenho da função de nutricionista que lhe é habitual" (fl. 131).

Tal conclusão está em consonância com a decisão proferida pelo INSS, que negou a prorrogação do benefício (fl. 12).

Assim, diante da inexistência da incapacidade laborativa, não é caso de concessão do benefício acidentário pleiteado pela autora.

Diante do exposto, **rejeito o pedido.**

Sem custas.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de maio de 2018.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA